

Determinantes socioeconômicos e impactos à saúde decorrentes do cultivo do tabaco por agricultores familiares no sul do Brasil

Socioeconomic determinants and health impacts resulting from tobacco cultivation by family farmers in southern Brazil

Determinantes socioeconômicos e impactos à saúde decorrentes do cultivo do tabaco por agricultores familiares no sul do Brasil

Kauê Jéssica Cavalli¹
Arlene Renk²
Silvana Winckler³

Recebido em 18/09/2025. Aprovado em 06/11/2025. Publicado em 18/12/2025.

Resumo: O trabalho analisa as condições socioeconômicas e ambientais que influenciam o ingresso e a permanência de famílias agricultoras na cadeia produtiva do tabaco no oeste de Santa Catarina, além dos impactos à saúde relatados por quem cultiva, colhe e classifica o fumo. A pesquisa é qualitativa, baseada em revisão de literatura e entrevistas com quinze famílias em cinco municípios, agendadas por meio de sindicatos rurais. As entrevistas ocorreram nas propriedades, geralmente nos galpões de secagem. Os principais motivos para cultivar tabaco são econômicos, ambientais e sociais. A renda obtida é considerada superior à de outros cultivos, mesmo em pequenas áreas (1 a 5 hectares), com uso exclusivo da mão de obra familiar. As empresas fornecem sementes, insumos e garantem compra e preço, o que permite investimentos. Ambientalmente, o cultivo exige menos agrotóxicos do que outros cultivos como o milho. Socialmente, os agricultores relatam maior liberdade para lazer e viagens, ao contrário de atividades como suinocultura e bovinocultura de leite. Apesar dos benefícios, há relatos de problemas de saúde causados pelo contato com folhas molhadas de tabaco, especialmente no período orvalhado, gerando sintomas de intoxicação. Também se destaca a penosidade do trabalho nesse período.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Fumo. Saúde do trabalhador. Tabaco.

Abstract: This study analyzes the socioeconomic and environmental conditions that influence the entry and permanence of farming families in the tobacco production chain in western Santa Catarina, as well as the health impacts reported by those who grow, harvest, and grade tobacco. The research is qualitative, based on a literature review and interviews with fifteen families in five municipalities, scheduled through rural unions. The interviews took place on the properties, usually in the drying sheds. The main reasons for growing tobacco are economic, environmental, and social. The income obtained is considered higher than that of other crops, even in small areas (1 to 5 hectares), with the exclusive use of family labor. Companies provide seeds, inputs, and guarantee purchase and price, which allows for investments. Environmentally, cultivation requires fewer pesticides than other crops such as corn. Socially, farmers report greater freedom for leisure and travel, unlike activities such as pig farming and dairy farming. Despite the benefits, there are reports of health problems caused by contact with wet tobacco leaves, especially during harvesting in the rain, causing symptoms of poisoning. The arduous nature of the work during this period is also noteworthy.

Keywords: Family farming. Tobacco. Worker health. Tobacco.

Resumen: Este trabajo analiza las condiciones socioeconómicas y ambientales que influyen em el ingreso y la permanencia de lãs familias agricultoras em la cadena productiva del tabaco em el oeste de Santa Catarina,

¹Mestre em Direito (Unochapecó). Ministério Público de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2981-365X>. E-mail: kaue.cavalli@unochapeco.edu.br

² Doutora em Antropologia Social (UFRJ). Docente na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3524-0739>. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br

³ Doutora em Direito (Universidad de Barcelona-UB). Docente na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2980-2288>. E-mail: silvanaw@unochapeco.edu.br

además de los impactos em la salud reportados por quienes cultivan, cosechan y clasifican el tabaco. La investigación es cualitativa, basada en una revisión de la literatura y entrevistas com quince familias en cinco municipios, programadas a través de sindicatos rurales. Las entrevistas se realizaron em las propiedades, generalmente em los galpones de secado. Las principales razones para cultivar tabaco son económicas, ambientales y sociales. Los ingresos obtenidos se consideran superiores a los de otros cultivos, incluso en áreas pequeñas (1 a 5 hectáreas), con uso exclusivo de mano de obra familiar. Las empresas suministran semillas, insumos y garantizan la compra y el precio, lo que permite realizar inversiones. Desde el punto de vista medioambiental, el cultivo requiere menos pesticidas que otros cultivos como el maíz. Desde el punto de vista social, los agricultores informan de una mayor libertad para el ocio y los viajes, a diferencia de actividades como la porcicultura y la ganadería lechera. A pesar de los beneficios, hay informes de problemas de salud causados por el contacto com las hojas húmedas del tabaco, especialmente durante la cosecha bajo la lluvia, lo que genera síntomas de intoxicación. También destaca la penosidad del trabajo em este período.

Palabras clave: Agricultura familiar. Salud del trabajador. Tabaco.

1 Introdução

Na região oeste de Santa Catarina o cultivo do tabaco está presente em muitos municípios. Em alguns casos constitui a renda principal e em outros é complementar à renda de outras atividades, como a suinocultura e a bovinocultura de leite. Na região do estudo, trata-se de atividade exclusivamente familiar, ressalvada eventual ajuda de parentes, no período de colheita. Por este motivo, é relevante caracterizar a agricultura familiar no contexto pesquisado.

O trabalho analisa as condições socioeconômicas e ambientais que vêm influenciando o ingresso e a permanência de famílias agricultoras na cadeia produtiva do tabaco no oeste de Santa Catarina. A ênfase recai sobre fatores econômicos, sociais e ambientais que levam famílias agricultoras a optarem pelo cultivo do fumo num contexto amplo de agricultura familiar subordinada às cadeias do agronegócio.

O texto também indaga acerca dos impactos à saúde relatados na literatura e pelas pessoas entrevistadas relacionados ao cultivo, colheita e classificação do tabaco. E tem como objetivo geral analisar os determinantes socioeconômicos e os impactos socioambientais do cultivo do tabaco na vida de agricultores familiares. Os objetivos específicos são: a) definir agricultura familiar no contexto do estudo; b) descrever as fases do cultivo do tabaco e as atividades a elas inerentes; e c) relatar os impactos socioambientais ligados às esferas econômica, social, de saúde do trabalhador e ambiental

O artigo está organizado em duas seções, sendo a primeira dedicada às práticas no cultivo do tabaco e à relação com as empresas tabageiras. A segunda seção aborda os impactos econômicos, sociais, ambientais e sobre a saúde do trabalhador decorrentes dessa atividade.



2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O CULTIVO DO TABACO

No oeste catarinense predomina a agricultura familiar, é realizada por agricultores que, segundo o artigo 3º da lei nº 11.326/2006, podem ser caracterizados como aqueles produtores que não detêm área de terra maior do que quatro módulos fiscais⁴, utilizam na maior parte do tempo mão de obra familiar, têm percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e gerem diretamente (pessoalmente) a propriedade.

Ressalta-se que o reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil ocorreu, sobretudo, a partir dos estudos desenvolvidos pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) juntamente com os incentivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 1990. Desta junção, resultou o relatório que versou sobre as Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável, sendo que este relatório oportunizou visibilidade à agricultura familiar e um espaço de participação no contexto de políticas públicas voltadas ao ambiente rural (Azevedo e Pessôa, 2011).

Por outro lado, é preciso dizer que a agricultura familiar não figura como um termo novo, mas que tem sido amplamente difundido nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais e nas políticas públicas, justamente pela busca de proteção e de reconhecimento. Esta busca, por sua vez, resulta em diferentes significações. Das diversas vertentes, é possível destacar duas: uma que entende que a moderna agricultura familiar surge como nova categoria que se gerou na base do capitalismo; a outra defende que a agricultura familiar é fruto da construção histórica e mantém-se em evolução (Altafin, 2007).

Em meados dos anos 1990, o fenômeno da efervescência de movimentos sociais, provocada pelos desafios enfrentados na época (impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos produtos) apoiava-se na guarida oferecida pela incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar, visto que esta começava a abranger outras categorias que perpassavam a noção de pequeno produtor (Schneider, 2003).

Neste ponto, cabe mencionar que a criação e a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, evidenciaram um fator de mudança no enfoque dado ao espaço rural brasileiro, sendo que até a década de 1990 nenhuma política específica tinha sido direcionada para o fomento da agricultura familiar,

⁴ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. Na região do estudo o módulo fiscal tem, em média, 20 hectares.

havendo até então justamente uma indefinição conceitual que permeava entre produção de subsistência e pequena produção (Azevedo e Pessôa, 2011).

Desde o seu surgimento, o PRONAF amoldou-se às novas realidades, entretanto seu propósito está em propiciar atendimento às necessidades da agricultura familiar, com o objetivo de torná-la sustentável e produtiva por meio da distribuição do crédito com taxas, juros e prazos diferenciados, assegurando assim emprego e renda (Gomes e Miranda, 2016).

É importante salientar que, no Brasil, a teorização sobre a agricultura familiar no início dos anos 2000 já possuía contornos. Estudos publicados em português que tiveram caráter decisivo remetem aos autores Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1993, 1999) e Wanderley (2015). Estes autores se destacaram, visto que seus estudos revelaram que a agricultura familiar é uma forma social, legitimada e reconhecida em boa parte dos países desenvolvidos. Esta informação se difundiu, sobretudo, por operar um deslocamento teórico e analítico que levou a sociologia dos estudos rurais e agrários a discussões além de contendas meramente sobre modelos capitalistas, e, claramente, trouxe à tona noções sobre a agricultura familiar (Schneider, 2003).

Nota-se, dessa forma, que além do dispositivo legal, o conceito de agricultura familiar também perpassa pela definição de diversos autores. Pode-se dizer que a agricultura familiar não é apenas conceituada como um trabalho familiar. O que é estruturante nessa organização produtiva é o modo de reprodução social e de transmissão do patrimônio material e cultural (Savoldi & Cunha, 2010).

Como já mencionado, a FAO e o INCRA desenvolveram diversos estudos em conjunto. Destes, um, no ano de 1996, definiu a agricultura familiar com base em três características. A primeira baseia-se em que a “gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (Rambo, Tarsitano & Laforga 2016, p. 93); a segunda aponta-se na preponderância do trabalho igualmente fornecido pelos membros da família; e a terceira característica está baseada na ideia de que a “propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis” (Rambo, Tarsitano & Laforga, 2016, p. 93).

Desta forma, entende-se que a agricultura familiar está pautada no bojo das relações familiares e é aquela desenvolvida numa propriedade de tamanho legalmente limitado e que



eleva a condição social além da subsistência. É atrelada ao exercício de uma atividade econômica por parte de um grupo social ligado por laços de parentesco e de consanguinidade, com o objetivo de produzir alimentos e vinculado a uma porção de terra ou espaço para produção.

Apresentado o conceito inicial, passa-se a abordar as vulnerabilidades da agricultura familiar no Brasil. Estas, muitas vezes, são os principais fatores que influem na escolha e adequação do produto que será cultivado pelo agricultor. As vulnerabilidades podem ser classificadas como sociais, pessoais, climáticas, econômicas, dentre outras.

Em geral, a partir da visão dos diversos atores rurais, é possível considerar que, diante de problemas circunstanciais ou de maior potencial, as influências externas diante da impossibilidade de ter condições efetivas de controle são um fator que influi. Entretanto, o clima e as imprevisibilidades do mercado agrícola são as principais (Altafin, 2007).

Quanto ao fator econômico, as vulnerabilidades da agricultura estão ligadas à instabilidade do mercado, visto que não há uma garantia de preço mínimo para o produto; a valorização ou desvalorização, ganhos ou perdas, não se apresentam estáveis, uma vez que os valores pagos serão definidos pela lei da oferta e demanda. Percebe-se que a palavra garantia, porventura, indica aos agricultores um potencial de segurança, o qual deve ser pautado na ideia de que a produção seja assegurada pela função de manter a segurança alimentar da sociedade (Redin, 2013).

Outro fator preponderante é o climático. Esse, por sua vez, traz instabilidades à produção agrícola. Os agricultores, com o objetivo de mitigá-lo, além de tomarem iniciativas de manejo e manutenção preventivas (em casos possíveis), optam por financiamentos nos quais estarão garantidos por seguros bancários, que trarão possível proteção diante das imprevisibilidades do clima (Redin, 2013). No contexto da agricultura familiar, o produtor rural está comumente permeado por algumas vulnerabilidades que o levam a optar por produzir uma cultivar não alimentar, a qual se encaixa com facilidade em sua realidade e lhe oportuniza, economicamente, ganhos para além da sua subsistência. Apresenta-se, dessa forma, o cultivo do tabaco.

2.1. O cultivo do tabaco

O tabaco se apresenta como um produto de escape que promete garantir ganhos, sendo que por meio do suporte da agroindústria tabagista os agricultores encontram uma estrutura

totalmente organizada (Redin, 2013). O padrão de relação entre fumicultores e empresas tabageiras, guardadas as diferenças, remete ao modelo de integração vertical da agroindústria de proteína animal com as unidades produtoras de aves e suínos no sul do Brasil.

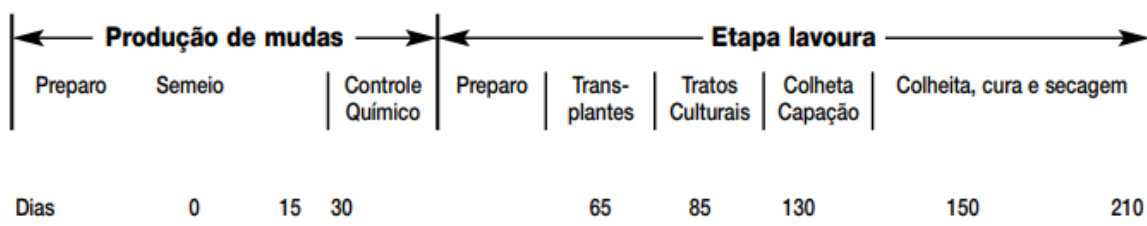
A cadeia produtiva do tabaco no Brasil envolve diversos atores nos estágios de produção, comercialização, processamento e exportação. A produção é majoritariamente realizada por pequenos produtores rurais com mão de obra familiar. Segundo a British American Tobacco (BAT), são cultivados tipos como Virgínia, Burley, Comum, Dark e Maryland. O Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), entidade interestadual, explica que o tabaco em folha passa por cura artificial ou natural, sendo dividido no sul do país em Tabaco de Galpão (TG) e Tabaco de Estufa (TE). O TG é curado em galpões por cerca de 40 dias; o TE, com folhas claras, é curado em estufas por cinco a sete dias (Sinditabaco, 2019).

O ciclo produtivo do tabaco ou fumo em folha, em geral, acontece a partir de cinco fases: produção e controle das mudas, preparo do solo, transplante das mudas, tratamentos culturais, colheita e cura e pré-classificação (Heemann, 2009), sendo que cada uma dessas fases apresenta alguma forma de impacto ao agricultor familiar. Conforme Almeida (2005, p. 53):

Ainda que esta seja uma cultura em que os preparativos das mudas de fumo tenham início com a primavera e o término da colheita e secagem se dê já nos meados do verão, o ciclo produtivo do tabaco se estende, praticamente, por todo o ano. Depois do ciclo vegetativo de aproximadamente 210 dias, vem o trabalho para aprontar o fumo, pré-classificar, fazer manocas ou “bonecas”, enfardar e já buscar lenha para a próxima safra, consertar as instalações de cura e secagem do fumo.

A figura abaixo demonstra de forma ordenada o tracejado do cultivo do tabaco em folha:

Figura 1 - Tracejado do cultivo do tabaco



Fonte: Lima, 2000, apud Almeida 2005.

O cultivo do tabaco requer planejamento, envolve uma série de etapas que variam conforme as condições regionais e climatológicas, exigindo adaptações específicas. Apoiadas

em Redin, 2013, Redin e Redin, 2014, Almeida (2005), Marin (2014), Becker (2000), Thomas & Breidemeier s/d apresentamos uma rápida incursão no processo produtivo do tabaco, na propriedade, retendo os elementos essenciais. Inicia-se com o recebimento das sementes, distribuídas aos agricultores, que então preparam os canteiros. Estes são posicionados próximos às residências ou lavouras, facilitando o monitoramento e cuidado diário por parte dos agricultores. Durante cerca de 20 dias, os canteiros são manejados diariamente, com abertura pela manhã e fechamento ao fim do dia. Com o desenvolvimento das mudas, realiza-se a repicagem, visando uniformizar altura e diâmetro do caule e fortalecimento da planta. As mudas permanecem nos canteiros por dois a três meses, período em que são aplicados diversos produtos para garantir seu desenvolvimento. É comum que enfrentem pragas ou doenças, exigindo cuidados constantes.

O preparo do solo pode ocorrer paralelamente ao cultivo das mudas ou após a colheita anterior. Alguns agricultores realizam plantios de cobertura para preservar a qualidade do solo. A fase da lavoura inclui aração, gradagem e construção de camalhões, isto é, elevações de terra que favorecem o cultivo do tabaco, especialmente por evitar o excesso de umidade e o solo compactado. Durante essa etapa, são aplicados fertilizantes ricos em nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), além de pesticidas, fungicidas, herbicidas e inseticidas, considerados essenciais para controlar pragas, doenças e ervas daninhas, otimizando o rendimento da cultura. O uso de tração animal ou tratores facilita a preparação do solo, seguindo as recomendações das agroindústrias fumageiras.

As plantas, ao atingirem de 5 a 6 folhas serão tiradas dos canteiros, levadas até a lavoura e transplantadas no solo. Isso acontece, seguindo uma linha geral, nos meses de agosto a setembro. Para o transplante os agricultores utilizam um equipamento que é operado manualmente, geralmente em duas pessoas, quando uma manuseia o aparelho e a outra deposita as mudas “em uma espécie de funil direcionado ao solo para o efetivo plantio. As mudas são plantadas com distância aproximada de 50 cm de uma planta a outra” (Becker, Monteiro e Cittadin, 2020, p.6).

Nesta etapa, muitos produtores já aproveitam para aplicar algum tipo de inseticida, para proteger a planta recentemente depositada na terra. Feito o plantio, é preciso verificar a lavoura para que, caso necessário, em um período de mais ou menos cinco a sete dias após o transplante, seja feito o replantio das mudas que não se desenvolveram. Seguem-se os tratamentos culturais, consistentes na capina de ervas daninhas, uso de adubos e de agrotóxicos para evitar

pragas (Vidal, 2016). Em torno de 90 dias após o transplante, é momento de realizar o desponte, que “tem por finalidade atribuir à planta as características desejadas, como o aumento do tamanho e da massa das folhas, além do estaque da sua estatura. Isso possibilita manter um determinado número de folhas.” (Redin & Redin, 2014, p. 13). O desponte acontece quando a planta alcança mais ou menos 14 folhas. Configura-se como a retirada (quebra, extração e descarte) da ponta da planta, assim a planta não gastará a energia para crescer verticalmente, expandindo as folhas e aumentando a massa (Vidal, 2016).

Contudo, o trabalho não para por aí. Quando retirada esta parte da planta, é necessário ser feita a aplicação do antibrotante, para evitar a rebrota. Essa aplicação é comumente realizada pela manhã, no dia posterior ao desponte. Em geral, a dosagem deste agrotóxico é de 250 ml para cada 20 litros de água. Já para a “aplicação do agrotóxico é necessária uma máquina costal de 20 litros, realizada manualmente, planta após planta, dando ênfase na utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI).” (Redin e Redin, 2014 p. 13).

A colheita ocorre quando as plantas estão maduras, em média uns 30 ou 40 dias depois do desponte. A colheita é manual. No caso do fumo Burley, as plantas são cortadas e levadas até os galpões onde ficaram acondicionadas, geralmente penduradas, para que haja uma boa aeração e uma secagem natural. No tipo Virginia, as folhas são retiradas uma a uma ainda na lavoura.

A maturação pode ser verificada quando a planta apresenta: “talo esbranquiçado, perda de pilosidade, a folha se quebra fácil no caule, presença de manchas necróticas nas folhas e cor verde pálida.” (Souza Cruz *apud* Duarte e Wollmann, 2021, p. 18).

Referente à colheita e cura do tabaco do tipo Burley, aponta-se que este, após colhido, ficará pendurado no galpão por mais ou menos 90 dias, para que as folhas sequem em sua totalidade e adquiram um tom castanho claro (Redin e Redin, 2014). Especificamente, na região do oeste de Santa Catarina, o cultivo do tabaco Burley é o predominante. Pode-se dizer que, segundo a Philip Morris International Management (2016), é “curado ao ar” em armazéns em que a temperatura e a umidade provêm de ventilação natural. O processo de cura pode demorar até dois meses. Quando seco, tabaco tipo Burley é o momento da classificação, na qual se formam maços, que depois viraram fardos, que nada mais são do que a prensagem dos maços, para em seguida acontecer a comercialização (venda) do produto. (Redin e Redin, 2014, Becker, 2018).



3 Metodologia

A pesquisa é qualitativa e as estratégias adotadas foram a revisão de literatura e o trabalho de campo. A revisão de literatura percorreu artigos em periódicos, livros, teses e dissertações. O estudo teórico foi complementado com análise de legislação. O *locus* de pesquisa foi no Oeste de Santa Catarina, selecionando cinco municípios considerados os maiores produtores de tabaco, segundo o Censo Agropecuário de 2017. O trabalho de campo consistiu em observação direta e entrevistas, perfazendo o total de quinze famílias entrevistadas. As entrevistas, realizadas em fevereiro de 2023, foram agendadas por telefone a partir de indicações de representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de cada município. Ocorreram nas propriedades rurais, em alguns casos na residência do agricultor e, na maior parte das vezes, no galpão de secagem e classificação (dada a época do ano, a maioria das famílias estava nos galpões na tarefa de classificação do tabaco). As entrevistas foram gravadas, transcritas e escrutinadas mediante o método de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Foram definidas categorias representativas das falas dos agricultores e agricultoras nas dimensões já mencionadas: econômica, social, de saúde do trabalhador e ambiental.

4 Análise dos Resultados: Impactos do cultivo do tabaco

Este ponto do trabalho se pautará em buscar entender o que as pesquisas já revelaram sobre os impactos da produção do tabaco na vida dos agricultores familiares, nas esferas socioeconômica, ambiental e de saúde, e relacionar esses dados com os achados da pesquisa de campo.

4.1. Impactos econômicos

A AFUBRA descreve relevância do tabaco, ressaltando “a importância econômica e social do tabaco como principal produto agrícola gerador de renda local supera a de culturas como trigo, uva, laranja e cacau” (2019, p.7). O Sintitabaco (2019, p. 14) aponta, ainda, que a elevada rentabilidade que o tabaco apresenta em pequenas parcelas de terra faz com que a tradição de cultivar tabaco figure como a “principal atividade de pequenas propriedades familiares, o que viabiliza a permanência das famílias no campo”.

Há duas linhas de interpretação desse contexto. A primeira linha é o entendimento de que é economicamente difícil estabelecer-se com uma renda auferida anualmente, altamente suscetível a inviabilidade por efeitos climáticos, frente à necessidade diária da sobrevivência, gerando assim um impacto econômico entendido como negativo. A segunda linha, por sua vez, ata-se à ideia de que uma boa parcela dos produtores de tabaco é proprietária ou possuidora de uma pequena gleba de terra, que em geral apresenta o relevo acidentado, ficando então adstrita a cultivar tabaco porque é a renda possível nesses locais. Assim, pela viabilidade financeira, nos parâmetros, a segunda linha apresenta um impacto positivo na vida dos agricultores.

A dimensão econômica do tema, ao falar sobre a lucratividade da atividade, é expressa: “A gente consegue as coisas plantando fumo porque ele te dá o montante no ano. O leite dá para as despesas do mês”. (Entrevistada 2). Essa percepção é recorrente no trabalho de campo, com relatos de que é conveniente acumular o cultivo do tabaco com outra atividade integrada, como suinocultura, avicultura ou gado de leite, pois do primeiro vem a renda para investimentos e da segunda vem a renda para as despesas correntes, uma vez que o aporte financeiro é mais frequente do que o do fumo, que é anual.

A principal dificuldade relatada pelos entrevistados diz respeito à indisponibilidade de mão de obra para contratação. Num único município registramos a presença de uma equipe de trabalhadores formada por parentes (irmãos e primos) que se dedica a contratar a colheita das lavouras de tabaco na região. A persistência na atividade depende da força física e da existência, ou não, de jovens para suceder os mais velhos. O trabalho com o tabaco está proibido para menores de 18 e para pessoas acima dos 60 anos, aspecto vigiado pelas empresas fumicultoras. Em relação à dificuldade de mão de obra na fumicultura, reporta-se a aspecto já referenciado (Renk, Winckler, Fossa e Cavalli, 2024), que levou em consideração o movimento demográfico da região, observando à retirada da população do campo e o envelhecimento da população rural. Esta, a partir da Constituição de 1988, obteve aposentadoria paritária ao trabalhador urbano, Regime Geral da Previdência Social, para mulheres e homens, respectivamente aos 55 e 60 anos.

Uma dificuldade encontrada por quem cultiva tabaco é a falta de linha de crédito do Pronaf específica para a fumicultura.



Vejamos o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf]. Quando instituído, em 1996, abriu a possibilidade de financiamento ao fumo. Logo após, tornou-se restritivo. Não impedia, no entanto, que em caso de consorciação com outro cultivo, como o milho, este recebesse financiamento (Renk, Winckler, Fossa & Cavalli, 2024, p. 388).

Neste aspecto sobressai, mais uma vez, a postura dúbia da política agrícola brasileira em relação ao tabaco. É uma cultura relevante economicamente, mas o país está comprometido internacionalmente com a diminuição da produção e do consumo, nos termos da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2006).

4.2 impactos sociais

Os impactos sociais também estão presentes no cultivo do tabaco. Casara & Dallabrida (2019 p. 42) descrevem que, segundo a AFUBRA, podem ser definidos três pontos que indicam a pobreza e a desigualdade dentro de uma região produtora de tabaco. O primeiro está ligado à escolaridade, ou no caso o baixo nível de escolaridade apresentado pelos fumicultores, sendo que a cada dez produtores, nove não chegaram ao ensino médio. O segundo ponto está ligado à condição de vida. Apenas parte dos produtores vive em casas de alvenaria. O terceiro ponto, por sua vez, está ligado ao saneamento básico e à precariedade do acesso viário à maioria das propriedades.

Entre os entrevistados no trabalho de campo constatamos que a escolarização está acima da identificada pelos autores, sendo que a maior parte possui o ensino médio incompleto ou completo e alguns concluíram o ensino superior. As casas que habitam são majoritariamente feitas em alvenaria e as moradias apresentam boas condições sanitárias.

Ainda segundo os autores, quando visualizados os dados, pode-se inferir que estes apontam as vulnerabilidades dos fumicultores: “Nove das dez cidades que mais produzem tabaco no Brasil têm indicadores socioeconômicos abaixo da média nacional. Se formos olhar para a média estadual, todas as 10 cidades têm o IDH abaixo das médias dos estados onde estão localizadas.” (Casara e Dallabrida, 2019, p. 47).

O trabalho de campo explorou a dimensão do tempo livre para lazer, tendo em conta que a literatura sinaliza para a penosidade do trabalho na fumicultura (Paulilo, 1987). A totalidade dos entrevistados relatou que, diferentemente de outras atividades em regime de integração com a agroindústria, como suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite, que

mantêm as famílias presas à propriedade com rotinas intensas de trabalho inclusive nos finais de semana, a lida com o tabaco permite administrar o tempo livre de modo a ter lazer e inclusive viajar. Como dizem, “o fumo não foge do galpão!”. Apesar de realizarem jornadas extensas, podem escolher os dias e os horários de trabalho. Neste sentido, sentem-se livres.

4.3 Impactos ambientais

A presença do uso do agrotóxico no cultivo do tabaco, mesmo que usado de forma adequada, sabidamente, pode causar efeitos negativos ao meio ambiente (Boeira e Guivant, 2003, p. 60). Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), os impactos ambientais que decorrem do cultivo do tabaco, podem ser citados como:

1. Contaminação do ar - A aplicação de agrotóxicos expõe não apenas o trabalhador, mas todo o entorno, uma vez que é pulverizado e carregado pelo ar. Além disso, a queima de madeira para secagem das folhas provoca a contaminação do ar pela emissão de partículas tóxicas.
2. Contaminação da água – O uso de agrotóxicos na lavoura, bem como a lavagem de embalagens e tonéis, provoca a contaminação dos córregos e rios locais;
3. Contaminação do solo: Agrotóxicos podem permanecer no ambiente e, somados à monocultura do fumo, podem trazer empobrecimento do solo, além de contaminação de lençóis freáticos.
4. Desmatamento: a retirada de árvores nativas e sua substituição por árvores de reflorestamento causam danos ao ecossistema (INCA, 2022).

Vale a pena mencionar o que diz o engenheiro florestal Elielson Borges da Silva (2012, s/p):

No período da pré-colheita, compreendido entre outubro e dezembro, ocorre a maior contaminação do solo, pois altíssimas quantidades de agrotóxicos, entre eles os organofosforados e os carbamatos, são utilizados. Toda a família do fumicultor está envolvida na época da colheita, que corresponde aos meses de dezembro e janeiro, inclusive as crianças, que não raro adoecem nessa atividade de trabalho infantil.

Ainda assevera que os problemas causados ao meio ambiente também estão atrelados ao descarte incorreto das embalagens dos agrotóxicos e pelo uso em larga escala desses agrotóxicos, gerando, a partir disto, contaminação dos lençóis freáticos, dos leitos dos rios, dos alimentos e dos animais. (Silva, 2012).

Leppan, Lecours e Buckles (2014 *apud* Araújo & Pessoa, 2019, p. 39) afirmaram que:

[...] o cultivo de tabaco é um dos monocultivos mais destrutivos para o meio ambiente, pois a suscetibilidade da planta a uma variedade de pragas e doenças requer o uso intensivo de agroquímicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas e fumigantes) e reguladores de crescimento (inibidores do crescimento e agentes de



amadurecimento). Ainda segundo os autores, além de esgotar o solo muito rapidamente, o resíduo deixado pela planta após a colheita não oferece nenhuma oportunidade para reabastecimento do solo, tampouco oferece valor ecológico ou econômico para os agricultores, uma vez que a biomassa gerada não pode ser comida ou usada como combustível.

O INCA (2022, s/p) define que mesmo que haja a vigência do Decreto nº. 4.074/02⁵ no Brasil, ainda é verificado na atualidade o descarte inadequado das embalagens de agrotóxicos, sendo este feito “através da queima, descarte no lixo comum e/ou abandono no solo e leitos de rios”, prejudicando assim o meio ambiente. Observa-se então um extenso dano ambiental e que decorre principalmente da necessidade do uso de agrotóxicos, para uma efetiva produtividade⁶.

Renk & Winckler (2020, p.81) informam que mesmo com as oscilações que envolveram o número de famílias que cultivaram o tabaco no período de 2000 a 2018, houve um incremento tanto na produtividade quanto no número de envolvidos. Frente a isto foi possível identificar que “a adesão à CQCT [Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco] e o consequente comprometimento com a aceitação das cláusulas do documento deixaram uma lacuna quanto à substituição do fumo por outro cultivo, com patamar adequado de rentabilidade”. São os impactos sociais das estratégias de reprodução social, repercutindo sobre a saúde e o meio ambiente.

Entre as famílias entrevistadas, a maior parte cultiva milho na entressafra do tabaco. Ao comparar os dois cultivos, informam que a plantação de milho, hoje, demanda mais a utilização de agrotóxicos do que o tabaco. Na representação social dos agricultores, estes atribuem menos potencial de danosidade ambiental ao fumo do que a outras culturas, como milho e soja. Observamos em todas as propriedades visitadas a presença de armários devidamente fechados destinados ao acondicionamento dos agrotóxicos, sendo esta uma das exigências das empresas tabageiras.

Os entrevistados relatam dificuldades no uso dos equipamentos de proteção individual devido ao calor no período da colheita. Ainda assim, afirmam fazer uso dos EPIs.

4.4 Impactos na saúde

⁵ Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

⁶ Informação colhida a partir da pesquisa de campo.

Interligados aos impactos sociais, ambientais e econômicos estão os problemas relacionados à saúde dos fumicultores, destarte que, mesmo que toda a produção do tabaco fosse conduzida sem o uso de agrotóxicos, os produtores ainda teriam sua saúde colocada em risco, pois a manipulação das folhas é tóxica. A reação danosa ocorre quando a folha entra em contato com o tecido cutâneo. Neste momento, a nicotina adentra o corpo humano gerando a doença conhecida como doença da folha verde (DFVT). A absorção da nicotina presente nas folhas do tabaco, em larga escala, leva o indivíduo a um quadro clínico que em geral envolve dores de cabeça, tonturas, vômitos e alterações na frequência cardíaca. A época da colheita é o momento em que a sintomatologia fica mais grave, pois a manipulação das folhas, em geral, é feita sem o uso de EPIs, e em momentos em que umidade ainda está nas folhas, aumentando assim a dissolução da nicotina e, por consequência, a sua absorção. Nestas condições, o agricultor pode ser exposto ao que equivale a 36 cigarros por dia (Casara e Dallabrida, 2019).

Entre as quinze famílias entrevistadas, duas relataram episódios de intoxicação decorrente do manejo da folha do tabaco úmida. Os sintomas registrados foram tonturas, náuseas e dores de cabeça. Por esta razão, evitam realizar a colheita se a planta está molhada pela chuva.

Conforme Reis *et al.* (2017, p. 153), a DFVT, foi referida pelos agricultores como um problema comum que acontece com frequência durante a colheita. Há relatos dos agricultores aos quais sua pesquisa foi direcionada:

[...] nessa etapa o pessoal fica exposto a altas concentrações de nicotina. Acreditam que “um dia de fumo colhido equivale a 60 cigarros fumados”. Essa exposição encontra materialidade no corpo quando relatam: “meu piá [filho] teve tremedeira por causa da folha verde”, ou quando afirmam que trabalham na colheita um dia e no outro descansam para se recuperarem dos efeitos da intoxicação por nicotina.

Os impactos na saúde também podem ser atrelados a diversas falhas na questão da saúde no campo. A maioria dos agricultores fica doente pelas condições inadequadas do labor. Quando recorre às Unidades Básicas de Saúde, a notificação geralmente não é relacionada a atividades decorrentes da lavoura de tabaco e sem esses dados, que apresentariam a correlação do adoecimento com a doença da folha verde, não há a elaboração de políticas públicas e efetivamente não há maiores campanhas de proteção à saúde do agricultor (Casara & Dallabrida, 2019, p. 24).



Outro relato a ser trazido é o fato de o trabalho desenvolvido no cultivo do tabaco envolver, na maior parte do tempo, atividades manuais e de movimento corporal repetitivo, exigindo assim

[...] a adoção de posturas forçadas (posições agachadas, curvadas), levantamento de peso e/ou intenso esforço físico, principalmente na colheita, carregamento/descarregamento da estufa e enfardamento, as agricultoras enfatizaram que quem se envolve nestas atividades sente dores musculares na região lombar, costas e pernas, e é acometido por distúrbios osteoarticulares (Reis *et al.*, 2017, p. 152).

A rotina de trabalho é retratada na fala do entrevistado 1, que menciona a necessidade de trabalhar em todo o ciclo da produção, pois não há mão de obra para contratar. “Tu se envolve o ano todo. Tem que fazer adubação, preparar as mudas, quando dá doença é pior”. Em consonância com a literatura (Paulilo, 1987; Renk, Winckler, Fossa & Cavalli, 2024) nas entrevistas, o momento da colheita foi recorrentemente retratado como o mais difícil e penoso. O calor é intenso, pois o fumo deve ser colhido com sol quente para evitar a danificação das folhas. A necessidade de usar roupas compridas e botas intensifica o mal-estar provocado pelo calor. Os pés de tabaco são acumulados em fardos que precisam ser transportados por carroça ou trator até o galpão, e então suspensos para a secagem. Essa etapa requer um grande esforço físico dos fumicultores.

Observamos que a suspensão e a amarração dos pés de tabaco nos galpões é feita manualmente e implica na escalada de estruturas a muitos metros do chão. Não há escadas ou plataformas, os trabalhadores se movem sobre troncos de madeira que servem de estrutura para o galpão. Existe risco de quedas, embora estas não tenham sido relatadas pelos entrevistados.

Figura 2 – Galpão de secagem do tabaco



Fonte: Acervo das autoras, 2023.

Boeira & Guivant (2003, p. 59 - 60) citam que, segundo Glantz:

A saúde das famílias de agricultores que cultivam fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: a) pelo uso de agrotóxicos; b) pelo contato direto com a planta úmida, que libera nicotina, sendo esta absorvida pela epiderme; c) pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas. A primeira dessas formas é sem dúvida a mais complexa, já que atinge também o solo, as águas e até a camada de ozônio (no caso do brometo de metila). Também os fumantes são agredidos. Aplica-se na fumicultura um agrotóxico, absorvido pela seiva das plantas, para evitar o rebrotamento de folhas próximas à terra e conseguir, assim, um crescimento maior das folhas na parte superior. Resíduos de agrotóxicos, adubos e aditivos aparecem no produto final, ou seja, no cigarro.

Na quinta e última etapa, no processo de cura e pré-classificação, os problemas só aumentam, segundo Maria Ignez Paulilo (1987, p. 5):

Além de demandar enorme quantidade de trabalho, a colheita depaupera a mão de obra que dela se ocupa: as folhas soltam um líquido escuro, pegajoso, que gruda nas mãos e na roupa. O cheiro da planta e dos venenos extremamente tóxicos nela aplicados provocam náuseas e desmaios frequentes.

Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus Dom Pedrito/RS.
Deméter - Edição - v.1, n. 1, 2026. | p. 52-72 DOI: <https://doi.org/10.64085/demter.v1i1.119039>



Atribuição-SemDerivações-SemDerivados CC BY-NC-ND: Permite o download dos seus trabalhos e o compartilhamento desde que atribuam crédito, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Figura 3 - Classificação do Tabaco



Fonte: Acervo das autoras, 2023.

Por fim, ainda se menciona que podem ser apontados, problemas ligados ao cultivo do tabaco relacionados “a transtornos mentais e comportamentais, como transtorno de ansiedade, perturbação do sono, reações ao estresse e episódios depressivos.” (Reis *et al.*, 2017, p. 152).

5 Considerações finais

O presente estudo, ainda buscou entender as percepções de agricultores familiares da região oeste de Santa Catarina sobre os impactos socioeconômicos e ambientais do cultivo do tabaco. Dentro desta atividade, estão expostos a diversos fatores externos que interferem em sua saúde e os expõem a vulnerabilidades que os obrigam a optar pelo tipo de cultivar que mais se adéque a suas necessidades e possibilidades (capital, mão de obra, tamanho e características da terra etc.). Assim, algumas famílias acabam escolhendo o tabaco, que se apresenta como uma fonte de renda certa, em montante único (uma vez ao ano), não requer grande extensão de terra e nem investimento inicial significativo. A disponibilidade de mão de obra familiar é fator decisivo para a inclusão na atividade.

Outro fator determinante é o financiamento da colheita pelas empresas de tabaco, que fornecem as sementes e demais insumos para quem quer plantar e assegura a compra do tabaco, uma vez colhido e classificado. Esse processo facilita o ingresso e a permanência dos agricultores familiares na cadeia produtiva do tabaco.

Conclui-se que há impactos positivos e negativos da produção do tabaco na vida dos agricultores. Por um lado, a produção de tabaco é vista como um pilar de segurança financeira, capaz de transformar áreas pequenas de terra em uma fonte significativa de renda

com algum controle sobre o tempo dedicado ao trabalho e algumas oportunidades de ócio e lazer. Por outro, os impactos ambientais e de saúde geram questionamentos sobre a sustentabilidade dessa prática no longo prazo. O Brasil, como signatário da Convenção Quadro sobre o Controle do Tabaco, enfrenta o desafio de oferecer alternativas produtivas aos agricultores familiares que hoje veem no cultivo do fumo uma fonte de renda indispensável.

Os depoimentos das famílias evidenciam a dualidade dessa atividade. Enquanto uns sentem orgulho de perpetuar o cultivo como herança de seus antepassados, revelando que o cultivo do tabaco não se limita apenas a uma decisão econômica, mas também está enraizado na história e nas tradições familiares, outros tendem a expressar o desejo de parar de produzir e ir em busca de uma nova atividade que seja menos penosa e que ofereça menor exposição a riscos.

Cabe registrar que o contato com os entrevistados nos galpões, durante e classificação do tabaco, permitiu verificar o que não foi dito. O trabalho com o tabaco não se mostra tão amigável quanto se apresenta nas falas dos entrevistados. O ambiente é de muito trabalho repetitivo e cansativo, agravado pelo pouco conforto, mas se tornou uma realidade aceitável dentro de um contexto socioeconômico vantajoso, ante os benefícios de produtividade e ganhos financeiros. Refletindo quanto às percepções sobre os impactos econômicos, percebe-se que há uma perspectiva de subsistência arraigada na produção do tabaco, pautada na ideia de uma inserção economicamente viável, visto que a atividade prescinde de contraprestação financeira prévia, sem olvidar a forma de remuneração, cujo adimplemento se dá em conta única e, portanto, garante uma organização no longo prazo do agricultor.

Outro aspecto ressaltado como positivo, agora na dimensão social, é a liberdade para participar de atividades na comunidade, fazer e receber visitas e inclusive viajar. O tabaco, segundo dizem, não os mantém presos à propriedade, pois têm autonomia para organizar o tempo de trabalho e o tempo de lazer.

Não é prudente afirmar apenas liberdades no cultivo do tabaco, há que se mencionar que a percepção dos agricultores está muito atrelada à comparação com outras atividades, como suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite. Observou-se que no galpão de fumo os entrevistados despendem em torno de dez horas de trabalho diário, que mesmo não sendo compreendido por eles como obrigação, acaba sendo desgastante.

Na dimensão ambiental (aí incluídos os aspectos de saúde humana), ressaltam que o cultivo do tabaco é penoso na época da colheita (entre dezembro e janeiro). As demais etapas,



do preparo das mudas à classificação, são descritas pela maioria dos entrevistados como atividades leves e que exigem menos manejo de agrotóxicos do que outras culturas, como o milho e a soja.

Os principais aspectos negativos apontados são a penosidade da atividade durante a colheita, a jornada repetitiva de classificação das folhas, a falta de mão de obra para contratar, o risco de intoxicação pelo contato com a folha. Percebem que são as ocupações necessárias à produção, não negligenciam que em alguns momentos o trabalho é pesado, mas ao mesmo tempo avaliam que vale a pena seguir na atividade.

Referências

- Abdala, P. R. Z., Gossenheimer, A. N. (2012). Reflexões sobre as lavouras de tabaco na perspectiva do desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, n. 19, p. 176-206.
- Almeida, G. E. G. de (2005). *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos, p.168.
- Altaafi, I. (2007). Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23.
- ARAÚJO, D.A. de; Machado, V.S. (2019). *Avaliação do ciclo de vida do tabaco: uma visão geral dos impactos ambientais associados ao tabaco no âmbito mundial*. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária) – Faculdade Doctum de Juiz de Fora.
- AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. (2011). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Sociedade & Natureza*, n. 3, v. 23, p. 483-496.
- BARDIN, Laurence (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Becker, M., Monteiro, J.J., Castanha, E.T e Cittadin, A. (2020). Custos no cultivo do tabaco: um estudo em uma pequena propriedade rural do sul catarinense. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, n. 10, p. 62.
- BOEIRA, Sérgio Luís; GUIVANT, Julia Silvia (2003). Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 20, n. 1, p. 45-78.
- BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 (2002). Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 jan. 2002.

- BRASIL (2006). Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003. DOU de 3.1.2006.
- CASARA, M.; DALLABRIDA, P. (2019). *Vidas tragadas: os danos sociais da produção de fumo no Brasil*. São Paulo: Papel Social, Ilus.
- De Souza Santos, E. e Deponti, C.M. (2021). A produção de tabaco no Brasil: um estudo com base na teoria da localização e do crescimento regional de Douglass North. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 153-167.
- Duarte, V. A. e Wollmann, C. A. (2021). Análise de eventos climáticos extremos e impactos nas lavouras de tabaco na bacia hidrográfica do Alto Jacuí/RS (2021). *Acta Geográfica*, p. 17-41.
- Gomes, B.M.A e Miranda, D.L.R. (2016). Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. *Sociedade & Natureza*, v. 28, p. 397-408.
- Heemann, F. (2009). *O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Instituto Nacional de Câncer. Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2022). Rio de Janeiro: INCA.
- Marin, J. O.B, Redin, E. e Costa, F.F. (2014). Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco (2014). *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 19, n. 31, p. 159-194.
- Paulilo, M.I. (1987). O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70.
- Rambo, J.R., Tarsitano, M.A.A. e Laforga, G. (2016). Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. *Revista de Ciências Agroambientais*, v. 14, n. 1. DOI: 10.5327/rcaa.v14i1.1415.
- Redin, C e Redin, E. (2014). A cadeia produtiva do tabaco na agricultura familiar de Arroio do Tigre. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*, vol. 10, n.18: p. 10-14.
- Redin, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar (2013). *Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 6, n. 12, p. 111-151.
- Reis, M.M., Oliveira A.P.N., Turci, S.R.B., Gross, C., Jensen, T. e Silva, V.L.C. dos Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil (2017). *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, p. 148-161.



- Renk, A. e Winckler, S. (2020). Os paradoxos do agronegócio fumageiro entre os pequenos agricultores no oeste de Santa Catarina. *História, debates e tendências*, v. 20, n. 2, p. 69 – 85.
- Renk, A., Winckler, S., Fossá, J., Cavalli, K.J. (2024). Reconversão produtiva de produtores de fumo na região oeste de Santa Catarina. In: Marin, J.O.B. *Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo do tabaco: a experiência brasileira*. Buenos Aires: CLACSO.
- Savoldi, A. e Cunha, L.A. (2010). Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. *Revista Geografar*, v. 5, n. 1, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45.
- Schneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. *Estudos Rurais*, 252 p.
- Seyferth, G. (2011) Campesinato e Estado no Brasil. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 395-417.
- Silva, E.B. da. (2012) Tabagismo e danos ao meio ambiente (2012). *Floresta do meio do mundo*, 27 fev.
- Sintitabaco. (2019). Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (2019).
- Sintitabaco (2019). Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. *Tabaco: relevância econômica e social*.
- Stoeckel, D.A. e Schneider, M. (2020). Custos de produção do tabaco: estudo de uma propriedade familiar do município de Candelária. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, v. 9, n. 18, p. 142-170.
- Uchoa Neto, F.A. (2022). *Determinação do coeficiente de cultura (kc) do tabaco produzido em larga escala para as condições edafoclimáticas do oeste baiano*. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Vidal, L.R. (2016). *Aplicação de técnicas de agricultura de precisão em áreas do cultivo do fumo na agricultura familiar*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agricultura de Precisão). Universidade Federal de Santa Maria.
- Woortmann, Klaas. (1988). “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, v. 12, n. 1, p. 11-73.
- Zappe, A.L. (2020) *A produção agrícola de tabaco (Nicotiana Tabacum) brasileira através da perspectiva de avaliação de ciclo de vida*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental, Universidade de Santa Cruz do Sul.